



Observatório de Educação Especial e Inclusão Escolar (ObEE)

Portal Práticas Educacionais Inclusivas

**ESTIMULAÇÃO PRECOCE PARA CRIANÇAS COM MICROCEFALIA  
ASSOCIADA A SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS: ENSINO  
REMOTO, ACOMPANHAMENTO MULTIPROFISSIONAL E APOIO AS  
FAMÍLIAS NA PANDEMIA**

**Luana Cerqueira da Silva**

Psicóloga do Centro de Atendimento Educacional Especializado, S. João de Meriti, RJ  
E-mail: Luana\_cerqueira@yahoo.com.br

**Márcia Maria Silva de Freitas**

Gestora Educacional do Centro de Atendimento Educacional Especializado, S. João de Meriti, RJ

**Márcia Alves da Silva Lapa Reis**

Pedagoga do Centro de Atendimento Educacional Especializado, S. João de Meriti, RJ

**Ilma Dayse Silva**

Professora do Ensino Básico do Centro de Atendimento Educacional Especializado, S. João de Meriti, RJ

**Marília dos Santos Costa**

Professora do Ensino Básico do Centro de Atendimento Educacional Especializado, S. João de Meriti, RJ

**Marta de Oliveira Vasconcelos**

Assistente Social do Centro de Atendimento Educacional Especializado, S. João de Meriti, RJ

**Jorge Luiz de Oliveira Medeiros**

Orientador Educacional do Centro de Atendimento Educacional Especializado, S. João de Meriti, RJ

**Andréa Panaro Ramos Nóbrega**

Fonoaudióloga do Centro de Atendimento Educacional Especializado, S. João de Meriti, RJ

**Simone Rezende da Costa**

Psicopedagoga do Centro de Atendimento Educacional Especializado, S. João de Meriti, RJ

**Luana Pinto Neves Kopp**

Professora do Ensino Básico do Centro de Atendimento Educacional Especializado, S. João de Meriti, RJ

## **1 Introdução**

Sabemos que ao longo dos anos, a Educação Especial e Inclusiva vem vivenciando vários desafios a fim de garantir aos nossos alunos com deficiência o direito de frequentar com qualidade o Ensino Regular, respeitando cada individualidade sem esquecer das especificidades ao promover cada inclusão, pensando para além do acesso à permanência na escola.

Entre os anos de 2015 e 2016 tivemos no Brasil um surto de bebês com microcefalia associada a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV). A microcefalia é uma malformação congênita em que o cérebro não se desenvolve de maneira adequada. É caracterizada por um perímetro cefálico inferior ao esperado para a idade e sexo. A maioria das crianças com esse diagnóstico apresenta alterações no desenvolvimento neuropsicomotor e do comportamento, que podem ser acompanhadas por problemas auditivos e visuais (BRASIL, 2016 a). Ressaltando também que pode vir em muitos casos em comorbidade com a paralisia cerebral.

Assim, as crianças que vieram desse surto, estão hoje em idade escolar para frequentar a educação infantil, que por ser uma fase de extrema importância para o desenvolvimento da criança, faz-se urgente pensar na inclusão desse aluno. Frente a esse contexto, esse trabalho visa contribuir com o processo de inclusão e a geração de novos conhecimentos na área, demonstrando a iniciativa pioneira do ensino público no município de São João de Meriti ao planejar um atendimento de estimulação precoce importante para o desenvolvimento de crianças de 0-3 anos com deficiência e com atuação direta de seus docentes e toda equipe multiprofissional. Essa proposta de atuação vai ao encontro dos pressupostos de transversalidade do ensino da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que diz que a inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. [...] Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social.

De acordo com Monteiro e Fernandes (2018), o serviço de estimulação precoce, apesar de atualmente estar associado a área da saúde como é mostrado no documento das diretrizes de estimulação precoce lançado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2016), que define essa atividade como “um programa de acompanhamento e intervenção clínico-terapêutica multiprofissional [...] ” (p. 6), tem registros de diretrizes na Educação há mais de 20 anos. Numa época em que vivemos um surto de tamanha proporção, onde um enorme prejuízo ao desenvolvimento dos bebês infectados está sendo observado, é necessário e urgente a ampliação no âmbito educacional do serviço de estimulação precoce como ocorria no passado.

O passado a que se referem as autoras é o serviço de Estimulação Precoce estabelecido antes da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que era oferecido principalmente em espaços educacionais, respaldado pelas Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce (BRASIL, 1995).

Particularmente no ensino público municipal de São João de Meriti, o encaminhamento para o atendimento de estimulação Precoce é feito após avaliação da equipe multidisciplinar de uma instituição, o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), que foi criado no ano 2000 sendo a porta de entrada de todos os alunos com NEE. Essa Equipe conta com profissionais especializados nas áreas de Serviço Social, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Psicopedagogia, Orientação Educacional e Pedagógica e Professores Itinerantes (Deficiência Visual e Auditiva) que atuam em avaliações multidisciplinares, acompanhamento dos alunos avaliados, orientações à equipe pedagógica das escolas, estudos e pesquisas frente aos desafios da inclusão.

Assim, as avaliações da equipe têm um cunho pedagógico com o objetivo de observar as condições de aprendizagem do aluno, considerando aspectos socioafetivos, cognitivos, psicomotores, familiares, emocionais, dentre outros. Após a avaliação conforme demanda e necessidades observadas, as crianças serão encaminhadas para a estimulação precoce, Sala de Recursos, Classe Especial ou EJA Diurno Especial da própria escola ou unidades mais próximas com orientações específicas da equipe técnica. Esses atendimentos, dependendo das especificidades,

estão organizados no município através de Polos: Polo de Surdos, Polo de Cegos, Polo de Autismo e atualmente o Polo de Paralisia Cerebral (PC)/Microcefalia

Anteriormente à pandemia, os alunos do Polo de PC/ Microcefalia eram atendidos na Escola Municipal Prof.<sup>a</sup> Mariza Azevedo Catarino. O atendimento, feito pelas professoras de estimulação precoce, era individualmente, duas vezes por semana e estimulados através de oficinas com os outros profissionais da equipe do CAEE durante todo o período do ano letivo. Esses profissionais também acompanhavam o processo concomitante de inclusão nas creches.

No Polo de PC/Microcefalia, eram realizadas intervenções pedagógicas precoces possibilitando o contato dessas crianças com estímulos diversos, com o uso de ferramentas lúdicas e tecnologia assistiva de baixo custo, visando favorecer aspectos motores, de linguagem, emocionais e sociais, enfim, globais da criança, através da atuação das professoras de estimulação precoce com a colaboração dos outros integrantes da equipe multiprofissional. Atualmente contamos com a primeira turma de estimulação: ao todo são 16 crianças frequentando a turma de Atendimento Educacional Especializado organizada pelo CAEE.

### *Justificativa*

Na perspectiva de que as crianças diagnosticadas com Zika Vírus, após o surto ocorrido no Brasil entre 2015 e 2016, estariam nesse momento frequentando uma etapa importante para o seu desenvolvimento, que é a educação infantil, esse trabalho é de extrema relevância para a inclusão desses alunos. De acordo com a LDB nº 9.394/96 no Art. 29 "A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade".

Em relação ao contexto específico da pandemia, a Educação como um todo teve que se reinventar, e pensar em estratégias e mídias para compor um ensino remoto que pudesse superar o isolamento social e a determinação de fechar as escolas por medida de segurança, feita pelo MEC em consonância com o Ministério da Saúde. Mesmo nesse contexto é fundamental dar continuidade à Educação

Inclusiva, como consta no Parecer nº 5/2020 do CNE e garantir o ensino, como já preconizado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que em seu Art. 27 diz que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades [...] interesses e necessidades de aprendizagem.

Durante a pandemia do COVID-19, devido à suspensão das atividades escolares presenciais, respeitando as medidas de segurança impostas pelo Ministério da Saúde e com base na Deliberação CEE nº 376/2020 e a Medida Provisória nº 934/2020 da Presidência da República, a Secretaria Municipal de Educação de São João de Meriti, regulamentou através de ofício, em 16 de abril de 2020, procedimentos do ensino domiciliar por meio de ferramentas digitais que podem ser acessadas online, integrando-as à matriz curricular e à Proposta Pedagógica do município.

Logo, esse documento passou a determinar que toda a equipe técnico-administrativa-pedagógica e docente deverá divulgar as atividades pelos meios digitais mais utilizados, como os aplicativos Facebook e WhatsApp. Além disso, assessorar diretamente alunos e responsáveis, tirando dúvidas, e sugerindo outros recursos aos alunos quando necessário.

Assim, o atendimento aos alunos do Polo PC/Microcefalia e seus familiares foi realizado online mais diretamente pelo grupo de WhatsApp, com postagem diária nesse espaço de atividades elaboradas pelos professores da estimulação precoce e equipe multidisciplinar em vídeo. Essas atividades também eram compartilhadas no Facebook da instituição, socializando as mesmas com as Unidades Escolares do município.

### *Objetivos*

#### Objetivo Geral

Demonstrar a atuação dos professores da estimulação precoce durante o período da pandemia no atendimento aos alunos com microcefalia em decorrência do Zika Vírus.

### Objetivos Específicos

- Fomentar a descoberta de novos conhecimentos na área;
- Divulgar práticas que contribuem para a inclusão dos alunos com microcefalia e outras deficiências múltiplas como a paralisia cerebral no ensino regular;
- Estimular a busca dos professores pela especialização no ensino às crianças com microcefalia e outras deficiências múltiplas como a paralisia cerebral.

### *Referencial Teórico*

Esse trabalho está embasado na abordagem histórico-cultural, a partir de toda sua contribuição à Educação Especial, principalmente nos estudos desenvolvidos por Vygotsky, como aponta Martins e Costa (2013): nessa perspectiva, reconhecia-se desde já a necessidade de repensar o modelo escolar como um todo e a partir de então, rever o processo educacional disponível ao estudante com deficiência que deveria encontrar na escola a possibilidade de se apropriar do saber produzido pela humanidade e não de ser reabilitado. Para os autores, o desenvolvimento desses estudantes estava diretamente atrelado à sua interação, às práticas de linguagem, ao estabelecimento de sentidos nas práticas educacionais e não no tratamento clínico.

Assim, a abordagem histórico-cultural está em consonância com o modelo social de deficiência, que não a resume aos impedimentos e um diagnóstico, mas considera as desigualdades e o ambiente social excludente no qual vivemos. Essa também é a função social da escola, incluir todos os alunos independente de suas limitações, levando em conta a diversidade das pessoas.

## **2 Metodologia**

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, que conta como meio de investigação o estudo de caso, com observação direta de todo o processo educacional, desde a formação das turmas de estimulação

precoce, iniciadas em 2017, até a inclusão no ensino regular nos anos subsequentes, dando ênfase ao ensino remoto na estimulação precoce no ano de 2020. Inicialmente, a proposta desta equipe de trabalho foi localizar os bebês nascidos no município, no ano de 2016, após o surto da epidemia do vírus Zika na América do Sul que gerou um alarme global. Realizamos uma busca na Secretaria Municipal de Saúde junto à Vigilância Sanitária, para identificar os registros de crianças expostas ao vírus Zika e comparamos estes dados com as informações que o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) oferecia no momento, através de um projeto piloto que realizou no Estado do Rio de Janeiro e Salvador. Através desta parceria, com objetivo de realizar uma intervenção pedagógica precoce a fim de expor estas crianças a estímulos que somente uma equipe de multiprofissionais da área de Educação em parceria com a Saúde poderiam oferecer, convidamos as lactantes para participarem de um programa implementado pelo IFF "Conhecendo a paralisia cerebral" (*Getting to know cerebral palsy*) no contexto da SCZV. O programa constava de uma série de 10 sessões de grupo com os familiares, que foram facilitadas por especialistas locais, e buscava orientar as famílias sobre como estimular as crianças com SCZV. O objetivo desta pesquisa era determinar a pertinência e viabilidade (inclusive a aceitabilidade) de uma intervenção comunitária direcionada às famílias de crianças com SCZV. O grupo piloto inicial foi de aproximadamente 8-10 famílias de crianças com SCZV. Após a aceitação destas famílias, iniciamos paralelamente por iniciativa do CAEE, o estímulo global destas crianças no ambiente escolar, dentro do Polo PC/Microcefalia, localizado em uma escola pública do município de São João de Meriti, a Escola Municipal Prof.<sup>a</sup> Mariza Azevedo Catarino.

Durante a pandemia no ano letivo de 2020, os estímulos oferecidos aos 16 alunos da estimulação precoce foram ofertados de forma remota, com postagens de atividades diárias feitas pelos professores e profissionais da equipe multidisciplinar do CAEE. Em retorno, as atividades realizadas pelos alunos eram postadas pelas famílias através do grupo de WhatsApp, no formato de vídeos ou fotografias e a equipe multidisciplinar interagia, acompanhando o desenvolvimento dos alunos, perguntando sobre as dificuldades e dando

orientações. A realização das atividades também era divulgada no Facebook da instituição, como forma de motivar os alunos e famílias do Polo PC/Microcefalia e estimular outros alunos a executarem as tarefas, sempre planejadas para todo público da educação infantil, independente das deficiências, explorando materiais simples e acessíveis, que todos os alunos têm em casa, e de fácil mediação para os adultos.

**Figura 1-** Materiais de atividade de contagem sugeridos pela Prof.<sup>a</sup> da estimulação precoce



**Fonte:** Arquivo pessoal da prof.<sup>a</sup> e institucional do CAEE (2020).

**Figura 2-** Modelo de lápis adaptado com EVA sugerido pela Prof.<sup>a</sup> da estimulação precoce



**Fonte:** Internet, no Facebook "Egalitê Inclusão & Diversidade" (2020).



Além das atividades pedagógicas, elaboradas pelas duas professoras da estimulação precoce, assim como pelos outros profissionais da equipe, foram realizadas intervenções junto às famílias pela psicóloga e assistente social, com vídeos autorais reflexivos e informativos sobre o período da pandemia da COVID-19, relacionados à prevenção e educação em saúde, mais especificamente à saúde emocional, no que poderia interferir inclusive no desenvolvimento educacional dos alunos, estimulando também o engajamento das famílias e parceria no ensino remoto.

Foram realizadas algumas reuniões online pelo WhatsApp com os responsáveis, com o objetivo de reaproximar as famílias, acolher as impressões dos responsáveis sobre a realização das tarefas, ouvindo sobre a receptividade das crianças no que foi pedagogicamente proposto, se houve alguma dificuldade, além de nos mantermos informados sobre os avanços e retrocessos das crianças na pandemia, tanto educacionalmente quanto nas questões dos acompanhamentos da saúde. Esses encontros foram essenciais para o planejamento da equipe e possibilitou também um troca rica não só da equipe com as famílias como entre os responsáveis.

Quanto ao conteúdo, as atividades pedagógicas foram baseadas nos principais campos de estimulação, como: o auditivo, explorando principalmente atividades musicais; de percepção visual, explorando atividades para discriminar cores, formas, tamanhos; motor e manual com atividades, por exemplo, para desenvolver a coordenação motora fina (pinça, encaixe), a ampla como jogos com bola e danças; de linguagem (músicas, rimas, explorando sons das palavras, contação de histórias) e aspectos cognitivos como um todo.

**Figura 3-** Foto de atividade manual de pintura



**Fonte:** Arquivo institucional do CAEE com fotos enviadas pelas famílias (2020).

**Figura 4-** Foto de atividade do meio ambiente com colagem



**Fonte:** Arquivo institucional do CAEE com fotos enviadas pelas famílias (2020).

**Figura 5-** Foto de encaixe com numerais



**Fonte:** Arquivo institucional do CAEE com fotos enviadas pelas famílias (2020).

**Figura 6-** Foto de atividade motora com pregadores



**Fonte:** Arquivo institucional do CAEE com fotos enviadas pelas famílias (2020).

**Figura 7-** Foto de atividade com bola e pintura (treino motor)



**Fonte:** Arquivo institucional do CAEE com fotos enviadas pelas famílias (2020)

### 3 Resultados

Entre os anos de 2017 e 2019, foram 7 (sete) crianças incluídas nas creches públicas com acompanhamento da Equipe do CAEE através de visitas e orientação pedagógica nas escolas, além de ampliarmos o atendimento para paralisados cerebrais sem microcefalia, mas com outros comprometimentos, e expandir a faixa etária além da prioritária que é de 0 a 3 anos de idade. Com isso, o resultado esperado é, reduzir de forma preventiva e significativa os prejuízos causados pela deficiência, proporcionando um atendimento especializado ao aluno com paralisia cerebral/microcefalia, capaz de melhorar a sua comunicação, mobilidade, qualidade de vida e promover a inclusão desse aluno em sala de aula regular, numa práxis efetiva de inclusão.

No ano de 2020, avaliando a estimulação precoce no ensino remoto, mesmo a distância, o contato tanto das professoras como da equipe multidisciplinar com os responsáveis foi estreitado através das conversas e trocas no grupo de WhatsApp, reuniões online além de ligações telefônicas, de acordo com a demanda de cada aluno e seu familiar percebida nesse período.

Foi observado na interação da equipe com as famílias, que apesar de todas as dificuldades de adaptação que o período da pandemia pelo COVID-19 nos impôs, como de saúde, socioeconômicas, emocionais, dentre outras, principalmente na fase do isolamento social, o momento acabou facilitando uma maior participação familiar nas atividades educacionais de estimulação, ampliando o vínculo entre pais e filhos. Muitas mães relataram que se sentiam muito sobrecarregadas com as rotinas dos tratamentos dos filhos na saúde, os trabalhos domésticos somados a outras responsabilidades, vendo na pandemia, a possibilidade de organizar melhor seu tempo, voltar-se para o autocuidado e outras atividades de realização pessoal.

Porém com algumas famílias, foi necessário um maior investimento e intervenção da equipe, realizando “busca ativa” através de mensagens escritas privadas pelo WhatsApp, chamadas em vídeo e ligações telefônicas, pois percebeu-se uma desmotivação e pouca ou nenhuma participação na postagem dos retornos das atividades propostas, sendo uma das dificuldades desse trabalho, assim como o entrave colocado por muitas famílias de acessar a Internet.

É importante ressaltar que a equipe multidisciplinar do CAEE não desenvolveu durante a pandemia somente o ensino remoto com seus alunos do Polo de Paralisia Cerebral/Microcefalia, mas também iniciativas propostas pela SEME, como a Formação Continuada dos professores da Rede Municipal de São João de Meriti, participando de lives ao vivo com palestras sobre inclusão durante todo o ano letivo, e mais especificamente atuando no curso de formação “O estudante com deficiência em uma perspectiva inclusiva”, onde o módulo 5 explorava a deficiência física em decorrência da paralisia cerebral e microcefalia.

Assim, consideramos no geral que a equipe conseguiu vencer muitas barreiras, promovendo a continuidade da estimulação de seus alunos, agora com atividades diretamente mediadas por suas famílias, e incentivou as mesmas a valorizarem a necessidade de interagir com qualidade com seus filhos, não só em termos pedagógicos, mas afetivos. Esses resultados estão em consonância com o estudo de Sá e Pletsch (2021), que mostram que as crianças precisam de apoio permanente para participar das atividades em casa, e que as mães buscam mesmo que por meio de estratégias intuitivas, melhorar constantemente a participação e funcionalidade do filho, em casa, com a família e na escola. A equipe também pôde

se aproximar mais das famílias, porque acabou interagindo para além do horário escolar, ao compararmos com as aulas e encontros presenciais antes da situação causada pela pandemia.

### Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/I9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/I9394.htm) Acesso em: 15 set. 2020

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes educacionais sobre Estimulação Precoce: o portador de necessidades educativas especiais / Secretaria de Educação Especial - Brasília: MEC, SEESP, 1995. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select\\_action=&co\\_obra=28045&co\\_midia=2](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=28045&co_midia=2) Acesso em: 3 set. 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus Zika. Brasília: Ministério da Saúde, 2016 a. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/24/Microcefalia-protocolo-vigil--ncia-resposta-versao2.1.pdf> Acesso em: 12 ago. 2020

BRASIL. Diretrizes de Estimulação Precoce: Crianças de Zero A 3 Anos com Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor decorrente de Microcefalia / Ministério da Saúde, Secretaria De Atenção À Saúde. – Brasília: Ministério Da Saúde, 2016 b. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/diretrizes-de-estimulacao-precoce-criancas-de-zero-a-3-anos-com-atraso-no-desenvolvimento/> Acesso em: 12 ago. 2020

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> Acesso em: 18 set. 2020

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/I13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/I13146.htm) Acesso em 19 set. 2020

MONTEIRO, Simone Pereira; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. O serviço de estimulação precoce no Brasil após a política de inclusão educacional. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, Manaus, v. 1, n. 1, p. 90 - 100, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/download/4142/3891/> Acesso em: 15 ago. 2020

MARTINS, Diléia Aparecida; COSTA, Otávio. A abordagem histórico-cultural como base teórica para teses e dissertações no campo da educação especial: um estudo

bibliográfico. *In*: VII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial e VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 2013,

Londrina. Anais eletrônico do VII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial e VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, Londrina: Uel, 2013. Disponível em: <http://www.uel.brq/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos---anais/at01-2013.php> Acesso em: 09 out. 2020.

Parecer CNE/CP nº5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020 – Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento de carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19.

SEME/SJM. Ofício Circular de 16 de abril de 2020, dispõe sobre a regulamentação do Ensino Remoto.

SÁ, Miriam Calheiros de; PLETSCH, Márcia Denise. A participação de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus: intercessões entre o modelo bioecológico e a funcionalidade humana. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.16, p. 1-15, 2021. Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/17383> Acesso em: 20 fev. 2021